

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.069, DE 2023

Institui o Selo Nacional Empresa Resiliente e dá outras providências.

Autor: Deputado GILSON DANIEL

Relator: Deputado PEDRO AIHARA

Apresentação: 21/11/2024 14:42:23.460 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 5069/2023

PRL n.1

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Gilson Daniel, institui o Selo Nacional Empresa Resiliente, a ser concedido às empresas nacionais e estrangeiras que empreguem esforços e investimentos para a manutenção de ferramentas e projetos que priorizem a redução do risco de desastres e às empresas diretamente atingidas por desastres, quando caracterizadas situações de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidas pelo Governo Federal.

O autor argumenta, em sua justificção, que a proposição tem por objetivo incentivar os proprietários de empresas nacionais e estrangeiras a investirem na manutenção de ferramentas e projetos que priorizem a redução do risco de desastres no Brasil. Registra, ainda, que a proposta foi inspirada no Selo Empresa Resiliente de Campinas, São Paulo:

“Nesse sentido, certo de que o projeto, já em fase de implantação em Campinas, merece ser ampliado e ter repercussão nacional, contemplando também as empresas que foram diretamente atingidas por desastres e que tiveram suas atividades reduzidas ou até mesmo paralisadas, é que apresentamos este projeto que se alinha às ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação das políticas de gestão de riscos e desastres. São frentes que requerem contínuos investimentos e estímulos que precisam estar entre as prioridades dos administradores públicos e empresariais, pois delas dependem vidas humanas e o meio ambiente”.



O projeto tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (arts. 151, III e 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD), tendo sido despachado à Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, para parecer de mérito, à Comissão de Finanças e Tributação, para exame do mérito e da adequação financeira e orçamentária, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise dos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa (art. 54 RICD).

A **Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional** observou que, diante da crescente imprevisibilidade climática, é fundamental criar e fortalecer uma cultura empresarial voltada para a resiliência em situações de emergência e de calamidades públicas. Além disso, considerou que os estímulos oferecidos às empresas com o selo em questão são essenciais para garantir sua sobrevivência em situações adversas, contribuindo para a estabilidade econômica local e regional. Diante do exposto, votou pela **aprovação** da matéria.

A **Comissão de Finanças e Tributação**, por sua vez, registrou que o projeto sob análise prevê a possibilidade de dedução do imposto de renda devido pelas empresas tributadas com base no lucro real das doações destinadas ao Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap), o que promove impacto no orçamento da União, sob a forma de renúncia de receita. Observou que a tramitação da proposição deve se subordinar aos ditames do art. 14 da LRF, à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Assim, uma vez que a proposição não está acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois anos subsequentes, tampouco de compensação fiscal, ela vai de encontro à legislação orçamentária e financeira.

Ressaltou, contudo, que os demais dispositivos do projeto possuem caráter normativo, não acarretando aumento de despesa ou diminuição de receita da União, motivo pelo qual apresentou **emenda de adequação** propondo a supressão do § 2º do art. 3º do projeto, que prevê a possibilidade de deduzir as doações ao Funcap do imposto de renda.



Isto posto, votou pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, desde que adotada a emenda de adequação nº 1, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 5.069, de 2023. E, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.069, de 2023, com a referida emenda.

A matéria seguiu para esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.069, de 2023, bem como a Emenda nº 1, da Comissão de Finanças e Tributação, vêm ao exame desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise exclusivamente dos seus aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa (arts. 54, I, e 139, II, “c”, do RICD).

Quanto à **constitucionalidade formal**, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

As proposições em questão têm como objeto tema relativo ao direito comercial, matéria de competência legislativa privativa da União (art. 22, I, da CF/88). É legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Sob o prisma da **constitucionalidade material**, não vislumbramos nenhuma ofensa aos princípios e regras que regem o ordenamento jurídico pátrio. Ao contrário, a criação do Selo Nacional Empresa Resiliente é iniciativa que vem ao encontro de objetivos da República Federativa do Brasil, como a redução das desigualdades sociais e regionais e a garantia do desenvolvimento nacional (art. 3º, CF/88).



Fazemos uma ressalva, contudo, ao § 2º do art. 3º do projeto, que prevê a possibilidade de deduzir as doações ao Funcap do imposto de renda, uma vez que o projeto não se encontra acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, conforme determina o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No mesmo sentido observou a Comissão de Finanças e Tributação, que apresentou a Emenda nº 1 CFT a fim de sanar o vício ora apontado.

Prosseguindo na análise, verificamos o atendimento ao requisito da **juridicidade**, com a ressalva acima mencionada, uma vez que as proposições em exame inovam no ordenamento jurídico e a ele se harmonizam, além de observarem o princípio da generalidade normativa.

No que se refere à **técnica legislativa**, identificamos no PL nº 5.069/2023 um ponto que deve ser reparado, para ajustá-lo ao disposto na Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre as normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis. Nesse sentido, observamos que houve repetição da numeração do art. 3º, o que deverá ser corrigido. Como a supressão do § 2º do art. 3º da proposição precisa ser feita, para sanar vício de inconstitucionalidade, a fim de que não haja confusão quanto a essas numerações, promoveremos todas as correções por meio do substitutivo em anexo.

Em face do exposto, **votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.069/2023 e da Emenda nº 1 da Comissão de Finanças e Tributação, na forma do Substitutivo em anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PEDRO AIHARA
Relator



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.069, DE 2023

Institui o Selo Nacional Empresa Resiliente e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Selo Nacional Empresa Resiliente.

Art. 2º O Selo Empresa Resiliente poderá ser concedido às:

I - empresas nacionais e estrangeiras que empreguem esforços e investimentos para a manutenção de ferramentas e projetos que priorizem a redução do risco de desastres;

II - empresas diretamente atingidas por desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pelo Governo Federal.

Art. 3º O Selo Nacional Empresa Resiliente será conferido mediante critérios e formalidades definidos em ato normativo próprio do órgão da Administração Pública Federal ao qual couber a execução desta Lei.

Art. 4º São objetivos do Selo Nacional Empresa Resiliente:

I - incentivar as pessoas jurídicas, a que se refere o art. 2º, I, a utilizarem recursos próprios para investir na manutenção de ferramentas e projetos que priorizem a redução do risco de desastres no Brasil;

II - propiciar medidas de apoio às empresas diretamente atingidas pelos desastres, quando caracterizada situação de emergência ou estado de calamidade pública, reconhecidos pelo Governo Federal.



Parágrafo único. Os recursos provenientes das doações a que se refere o inciso I deste artigo constituem recursos do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil - Funcap, conforme estabelecido no inciso II do art. 9º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Art. 5º As empresas agraciadas com o Selo terão seus nomes e logomarcas veiculados no site oficial da Administração Pública Federal e regional.

Art. 6º As empresas detentoras do Selo Nacional Empresa Resiliente têm acesso aos seguintes benefícios:

I - prioridade no acesso a recursos e financiamentos com juros reduzidos em instituições financeiras públicas e privadas;

II - prioridade para desempate em licitações públicas;

III - permissão para utilizar o Selo Nacional Empresa Resiliente em seus produtos, rótulos, embalagens e propagandas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado PEDRO AIHARA
Relator

